



**FORTALECIMENTO E EXPANSÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS  
MACUXI E WAPICHANA EM RORAIMA/BRASIL**  
*STRENGTHENING AND EXPANSION OF MAKUSHI AND WAPISHANA  
INDIGENOUS LANGUAGES IN RORAIMA / BRAZIL*

*Ananda Machado<sup>1</sup> & Sandra Maria Franco Buenafuente<sup>2</sup>*

### Resumo

Este trabalho tem como objetivo demonstrar como mudanças socioeconômicas impostas pelo processo de crescimento da região impactaram no modo de vida dos povos indígenas Macuxi e Wapichana, assim como as políticas e ações para o fortalecimento e valorização de suas línguas. A dimensão do fenômeno estudado compõe-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e analítica. A participação e o diálogo com organizações e lideranças indígenas permitiram o acesso a informações locais. O escopo teórico abrange autores da economia sustentável: Sachs (2008), Sen (1999), Little (2002) e Furtado (1984); das políticas linguísticas: Oliveira (2010, 2015), Damulakis (2017), Lagares (2018) e da história de Roraima. Questões linguísticas influenciam diretamente e contribuem no incremento da economia indígena em Roraima. O texto mostra o status das línguas Macuxi e Wapichana em Roraima e pode ser tomado como sugestão para formulação de ações e políticas linguísticas que propiciem mudanças culturais e melhoria na qualidade de vida da população indígena e consequentemente de todos em Roraima.

**Palavras-chave:** Macuxi, Wapichana, políticas linguísticas.

### Abstract

This work aims to demonstrate how socioeconomic changes imposed by the region's growth process, impacted the way of life of the Makushi and Wapishana indigenous peoples, as well as policies and actions for the strengthening and enhancement of their languages. The dimension of the studied phenomenon consists of a descriptive research with a qualitative and analytical approach. Participation and dialogue with indigenous organizations and leaders allowed access to local information. The theoretical scope covers authors of sustainable economy: Sachs (2008), Sen (1999), Little (2002) e Furtado (1984); language policies: Oliveira (2010, 2015), Damulakis (2017), Lagares (2018) and the history of Roraima. Linguistic issues directly influence and contribute to the increase of the indigenous economy in Roraima. The text shows the status of the Makushi and Wapishana languages in Roraima and can be taken as a suggestion for formulating linguistic policies and actions that provide cultural changes and improve the quality of life of the indigenous population and consequently of everyone in Roraima.

**Keywords:** Makushi, Wapishana, linguistic policies.

1 Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura (UFF). Professora no Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade Federal de Roraima (UFRR) / Cátedra UNESCO "Políticas Linguísticas para o Multilinguismo" (UNESCO Chair "Language Policies for Multilingualism").

2 Professora Titular do Departamento de Economia - Universidade Federal de Roraima (UFRR).



## Introdução

Com a expansão do capitalismo comercial no século XVI, novas forças produtivas passam a compor o processo de exploração de recursos naturais nas relações de mercado entre as economias coloniais das Américas com as metrópoles europeias. Neste contexto, os povos indígenas da região, com seus saberes e culturas diferenciadas inserem-se em um mosaico de dominação, exploração e resistência a partir das diversas tentativas de políticas de integração e assimilacionismo a esse sistema.

Ao longo do tempo, o processo de crescimento econômico com investimentos em novas tecnologias, fortalecimento das instituições, aumento populacional e outros foram impulsionados por um padrão de consumo de trocas crescentes. As sociedades - entre elas os povos indígenas - que não seguiam essa lógica de expansão e acumulação do capital industrial e financeiro viram-se em meio a profundas desigualdades. Assim, territórios distantes foram impactados e passaram a sofrer a deterioração ecológica pela exploração e expropriação de seus sistemas naturais e socioculturais.

O interesse em preservar e fomentar estruturas e comportamentos que dificultassem essa expansão do mercado não estava nos objetivos das políticas que davam sustentação ao modelo de relação econômica capitalista. Nesta perspectiva, a importância da resiliência cultural e a força do uso das línguas indígenas frente à intensificação do processo de crescimento econômico tomou um lugar de relevo e contribuiu com a preservação e expansão das identidades culturais que as representam.

Roraima era parte de uma complexa estrutura sociocultural de diversas etnias indígenas. No contexto da colonização portuguesa, os índios Macuxi e Wapichana que habitavam esta área sofreram com a expansão da colonização. Os indígenas passaram a auxiliar nas obras e trabalhar nas fazendas, ao mesmo tempo em que o gado se espalhava extensivamente pelos pastos naturais (VIEIRA, 2014).

Neste processo de ocupação do território em Roraima, as características de dominação da economia de mercado imprimiram um processo de exploração e violência contra os povos indígenas. A luta contra a degradação ambiental em razão da exploração de recursos naturais em terras indígenas exige muitas ações de políticas institucionais, que contribuam para manter a segurança e a sustentabilidade cultural desses povos.

Reconhecer a importância da cultura e socioeconomia dos povos indígenas passa pela valorização e fortalecimento do uso das línguas indígenas. É neste contexto que as línguas Macuxi e Wapichana estão situadas no processo das transformações produtivas e integrações de mercados em Roraima.

Mudanças na economia, nas tecnologias e nas relações de mercado implicaram

historicamente nas dinâmicas de retração e organização dos movimentos indígenas e indigenistas, no reforço da expansão e continuidade no uso dessas línguas e culturas indígenas. Assim, este trabalho tem como objetivo demonstrar como mudanças socioeconômicas impostas pelo processo de crescimento da região impactaram no modo de vida dos povos indígenas Macuxi e Wapichana, assim como as políticas e ações para o fortalecimento e valorização de suas línguas.

A dimensão do fenômeno estudado compõe-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e analítica. O escopo teórico inclui a exposição sobre a conjuntura socioeconômica que implicou nas mudanças culturais, e compõe-se de reflexões advindas das áreas da sociolinguística, da antropologia e da economia. O conteúdo que relata o desenvolvimento e a importância da língua como elemento agregador para que as identidades culturais Macuxi e Wapichana sigam até a atualidade, com perspectivas de ter seu uso potencializado, é resultado do movimento indígena organizado, da experiência de ações de trabalhos de extensão e pesquisas de campo, a partir da experiência adquirida no desenvolvimento acadêmico.

Neste contexto, esta pesquisa aborda sobretudo, a conjuntura que está contribuindo para o fortalecimento e expansão dessas línguas, a partir da seguinte estrutura: a primeira parte faz uma abordagem teórica sobre desenvolvimento econômico e sustentabilidade cultural; o segundo apartado descreve-se os contextos de uso das línguas indígenas em Roraima, incluindo demografia, território, famílias linguísticas, com enfoque nas especificidades Macuxi e Wapichana. Na terceira parte, o texto relata mecanismos utilizados pelos povos Macuxi e Wapichana na direção de valorizar e fortalecer o uso de suas línguas e aborda a experiência de trabalho na área de políticas culturais e linguísticas realizado pela extensão e pesquisa universitária. Na quarta parte, faz-se uma análise dos resultados do estudo e relaciona-se com referências que abordam mercado e política linguística.

### **Desenvolvimento e Sustentabilidade Cultural**

Historicamente o desenvolvimento consolidou-se por sua dimensão predominantemente econômica. Relações inovadoras nas economias, no processo do mercado e na economia tradicional dos povos indígenas têm como objetivo a melhoria no nível de bem-estar da coletividade, a partir de diferentes concepções teóricas relacionadas com o modo de viver em sociedade. No capitalismo, a compreensão dos movimentos gerais da economia e o destino do modo particular de produzir em sociedade são definidos pelo aumento crescente da produção industrial, do emprego e da renda.

Como consequência do processo de industrialização que colocou em evidência problemas da escassez de recursos naturais finitos e de poluição, a partir da complexidade que envolve o processo de crescimento e desenvolvimento, surgiram discussões e ações que convergiram às ideias do desenvolvimento sustentável. O processo de crescimento industrial e desenvolvimento econômico passam a tornar-se agenda de encontros e conferências internacionais a partir da

década de 1970 (VEIGA, 2005).

Esta abordagem de desenvolvimento tornou-se a tese de diversos autores que buscavam propor alternativas capazes de reunir inclusão social, bem-estar econômico e preservação dos recursos naturais com o foco na equidade intergeracional. Sachs (2008, p. 15) destaca que o desenvolvimento sustentável baseia-se “no duplo imperativo de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras”. O autor identifica cinco pilares do desenvolvimento sustentável: social, ambiental, territorial, econômico e político. Sachs (2009) defende ainda que essa qualidade de desenvolvimento requer um planejamento participativo das autoridades locais, da comunidade e de associações de cidadãos, no nível micro.

Outras ideias sobre desenvolvimento passam a surgir a partir das evidências dos dados publicados pela ONU. Sen (1999) expõe em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, a ideia sobre a pluralidade de aspectos valiosos à vida humana, como afeições, direitos, liberdades, oportunidades reais e outros. Tais discussões serviram de base para sua teoria, que interpreta o desenvolvimento como a expansão das liberdades reais de que os indivíduos podem desfrutar. Neste contexto, poder ter liberdade para exercer a força da sua identidade cultural pode resultar em valores que contribuem para a melhoria no nível de bem-estar das comunidades indígenas.

Nas explicações teóricas sobre o desenvolvimento, a transição das sociedades tradicionais para o caminho da modernização, incluía a industrialização das economias nacionais mediante a incorporação de novas tecnologias produtivas e a rápida transformação de formas “tradicionais” de organização social (clãs, tribos, cacicados, etc.) em modernas burocracias fundadas nos princípios do liberalismo (ROSTOW, 1960). Dessa forma, a teoria da modernização anunciava implicitamente o suposto fim dos povos indígenas e outros grupos considerados como “tribais”<sup>3</sup> através de sua rápida assimilação aos Estados nacionais novos e modernos.

Neste contexto, surgem novas abordagens sobre o desenvolvimento econômico que levam em conta a riqueza das culturas. Todavia, a partir do final da década de 1960, um grupo de antropólogos começa a registrar os impactos devastadores dos projetos de desenvolvimento sobre os povos camponeses e indígenas, que em muitos casos provocaram deslocamentos forçados e a desarticulação de seus sistemas de organização social (LITTLE, 2002).

Como contraponto à hegemonia ocidental, antropólogos começaram a trabalhar com o conceito de “desenvolvimento local” no intuito de documentar etnograficamente as distintas maneiras pelas quais o conceito de desenvolvimento é concebido, operacionalizado ou apropriado por distintas sociedades. O desenvolvimento local ou “etnodesenvolvimento” surge então, com

---

3 Daniel Munduruku explica que a palavra “tribo” é mais uma forma colonialista de se referir a algumas culturas que eram consideradas inferiores “[...] Quando falamos povo, a coisa muda de figura. Um povo, além de todas as características próprias, traz consigo o fato de ser autônomo” (MUNDURUKU, 2017, p.19-20). Por isso colocamos tribais entre aspas.

duas grandes acepções na literatura especializada: (1) o desenvolvimento econômico de um grupo étnico; e (2) o desenvolvimento da etnicidade de um grupo social (STAVENHAGEN, 1985).

Little (2001, 2002) afirma que quando se combina a problemática do desenvolvimento com a do reconhecimento da diversidade cultural, o etnodesenvolvimento introduz um conjunto de novos temas no seio do espaço público dos Estados nacionais. No plano político, o etnodesenvolvimento dá um recorte étnico aos debates sobre a questão da autodeterminação dos povos e, no processo, questiona, pelo menos parcialmente, as noções excludentes de soberania nacional. No plano econômico, as práticas de etnodesenvolvimento tendem a ocupar o lugar de “alternativas” econômicas, particularmente como oposição onde a ideologia neoliberal é predominante. No plano simbólico, o etnodesenvolvimento requer controle sobre os conhecimentos científicos e sobre os processos educativos. Fortalecer e divulgar nas várias línguas os conhecimentos científicos locais e suas tecnologias associadas constitui uma tarefa importante.

### **Sustentabilidade cultural**

Relações entre cultura e desenvolvimento são dimensões pouco abordadas pelos teóricos do desenvolvimento. Contudo, Furtado (1984) considera-as como parte da mudança social, pelo qual um número crescente de necessidades humanas (preexistentes ou criadas pela própria mudança) é satisfeito por meio de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas. É, portanto, um sistema de caráter particular (um subsistema próprio), onde uma série de inter-relações necessita ser levada em consideração.

Segundo Sachs (1995), o conceito de sustentabilidade seria formado por cinco componentes: a sustentabilidade social, que abrange a gritante desigualdade; a sustentabilidade econômica, voltada para a discrepância na concentração de bens e riquezas em poucos; a sustentabilidade ecológica, ligada à preservação da biodiversidade e à qualidade ambiental; a sustentabilidade espacial, que se refere à distribuição adequada dos assentamentos humanos e, conseqüentemente, a distribuição territorial e; a sustentabilidade cultural, voltada para a necessidade de se evitar conflitos culturais.

Esses conceitos são abrangentes e remetem à tensão intensificada com os processos de globalização entre o global e o local, ao dar destaque à importância da diversidade cultural alimentada pelos aspectos culturais locais, todavia, não se fecha à mescla aos aspectos exteriores que podem propiciar as inovações. A sustentabilidade cultural refere-se, nesse contexto, ao respeito que deve ser dado às diferentes culturas e às suas contribuições para a construção de modelos de desenvolvimento apropriados à pluralidade de soluções particulares, que devem respeitar as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local (SACHS, 1995). Acrescenta-se aqui, de cada língua, elemento cultural essencial à comunicação intercultural.

Para Rist (2000) estas abordagens denotam sentido amplo (antropológico), que significa o conjunto de relações que os membros de uma sociedade mantêm entre si, com a natureza e com o sagrado<sup>4</sup> e as práticas que derivam destas relações. Em sentido restrito (cultivado) refere-se aos produtos do espírito humano, que se expressam na literatura, na música, nos museus, nas academias de belas-artes, no cinema ou na chamada indústria cultural.

Assim, em uma perspectiva antropológica, a cultura pode ser considerada uma espécie de hábito coletivo, como um conjunto de disposições duradouras que são produto e produtoras de história, que determinam práticas e representações e que se ajustam permanentemente às novas circunstâncias que a sociedade vier a enfrentar. Isto significa que as sociedades são fortemente influenciadas por sua cultura, inclusive nos aspectos econômicos, mas, ao mesmo tempo, são as próprias sociedades que produzem a sua cultura. A cultura, neste sentido, compreende um sistema de regras observadas, que podem ser transgredidas, cuja transformação corresponde ao movimento complexo das relações sociais internas e externas (RIST, 2000).

Essas informações circulam em multicanais, em formatos de consumo segmentados, criando novas comunidades de sentido e de consumidores que comunicam-se em diversas línguas. “A comunicação, assim, lubrifica todo o processo produtivo, de uma ponta a outra, da produção à distribuição-venda das mercadorias” (OLIVEIRA, 2010, p.23).

Portanto, o mapeamento desses novos mercados linguísticos passa a ser uma boa estratégia na disputa acirrada pelas comunidades linguísticas. Mesmo que o lucro seja pequeno, a produção precisa estar presente em diversos lugares. Nesse contexto, os centros gestores de línguas passam a arrematar o maior número possível delas. Os Estados passam a atuar com várias línguas querendo colocá-las sobre sua tutela, passando a gerir de modo diferente do que era com as ideias de nações monolíngues. Isso, mesmo que ainda não haja clareza de como esses dados em “bancos linguísticos” servirão no futuro (OLIVEIRA, 2010).

### **Roraima e contextos de uso das línguas indígenas**

O Brasil historicamente é um país multilíngue. Antes da chegada dos colonizadores portugueses, a diversidade de línguas indígenas aqui faladas era imensa. Aryon Rodrigues (1994) estima que fossem cerca de 1.200 línguas. Calvet (2012, p. 56), afirma que: “devem existir cerca de 7.000 línguas na Terra, contudo, 95% delas são usadas apenas por 5% da população mundial”.

O Atlas Mundial dos Idiomas em Perigo da Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2017) registra 190 línguas ameaçadas no Brasil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população

---

4 O que o autor considera sagrado, em muitas culturas indígenas faz parte do cotidiano e não acontece separado da vida.

indígena no Brasil soma 817.000 pessoas, que representam 305 etnias diferentes com existência de 315 línguas indígenas, das quais, 274 são línguas faladas. Nesse contexto, 17,5% da população indígena do Brasil não fala o português.

Todavia, no desenvolvimento das línguas faladas, 37,4% dos indígenas de até 5 anos ou mais, falam uma língua indígena no domicílio. O percentual de quem fala a língua indígena no domicílio aumenta para 57,3%, entre aqueles que vivem dentro das Terras Indígenas e 28,8% dos indígenas que não vivem nas terras demarcadas (IBGE, 2010).

No Brasil, Roraima é o Estado com maior percentual de população indígena, são mais de 20 etnias. De acordo com dados do IBGE (2010), a população total do estado de Roraima é de 450.479 habitantes, com 49.637<sup>5</sup> indígenas (11% da população do estado). As 32 Terras Indígenas regularizadas ocupam 46,20% do território<sup>6</sup> e mais de 80% da população indígena do estado vive dentro das terras demarcadas.

Segundo dados do (SIASI, SESAI<sup>7</sup>-MS, 2013), a população Macuxi em Roraima é de 30.295. A Yanomami 13.000, a Wapichana 8.407, a Ingarikó 1.239, a Taurepang 745, a Wai Wai, a Patamona 142, o que soma no total 53.828 pessoas. Estes números representam apenas sete dos mais de 20 povos indígenas em Roraima. Ressalta-se que foram incluídos aqui, a soma total de população contabilizada pelo SIASI. Nota-se que a quantidade de indígenas é bem maior do que os números do IBGE.

Há uma grande diversidade de **línguas indígenas faladas em Roraima**: Wai Wai (Hixikariana, Mawayana, Xeréu, Katuwena, Karapayana)<sup>8</sup>, Pauixana, Saporá, Macuxi,

---

5 A Fundação Nacional do índio (FUNAI) Roraima na contagem por Terra Indígena, em 2013 identificou 71.562 indígenas no estado, portanto há grande divergência em relação aos resultados do IBGE.

6 Municípios e Terras Indígenas Amajari: Araça, Ananás, Anaro, Aningal, Cajueiro, Ouro, Ponta da Serra, Santa Inês; Alto Alegre: Anta, Barata – Livramento, Boqueirão, Mangueira, Pium, Raimundão, Sucuba e Yanomami (nessa terra indígena foram criados também os municípios Boa Vista (RR), Caracará (RR), Mucajá (RR), Santa Isabel do Rio Negro (AM), Barcelos (AM) e São Gabriel da Cachoeira (AM); Bonfim: Bom Jesus, Canauanim (nessa terra indígena foi criado também o município Cantá), Jabuti, Jacamim (nessa terra indígena foi criado também o município Caracará), Manoá-Pium, Moscou, Muriru (nessa terra indígena foi criado também o município Cantá), Normandia: Raposa Serra do Sol (nessa terra indígena foram criados também os municípios Pacaraima e Uiramutã); Boa Vista: São Marcos (nessa terra indígena foi criado também o município Pacaraima), Serra da Moça, Truaru (nessas terras indígenas foi criado também o município Alto Alegre), Cantá: Tabalascada; Caroebe: Trombetas Mapuera (nessa terra indígena foram criados também os municípios São João da Baliza, Faro (PA), Nhamundá (AM), Oriximiná (PA) e Urucará (AM), Wai-Wa (nessa terra indígena foram criados também os municípios São João da Baliza, Caracará e São Luiz do Anauá); Rorainópolis: Waimiri-Atroari (nessa terra indígena foram criados também os municípios São João da Baliza, Novo Airão (AM), Presidente Figueiredo (AM) e Urucará (AM).

7 Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) e Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Ministério da Saúde (MS).

8 Entre os Mawayana há pouquíssimos falantes, são aproximadamente duas famílias misturadas entre os Wai Wai. Entre os Xeréu também há pouquíssimos falantes e há famílias dessa etnia misturadas entre os Wai Wai. Com os Katuwena e Karapayana acontece o mesmo. Os Pauixana são pouquíssimos, vivem entre os Wapichana/Macuxi e não identificamos falantes. Os Saporá são poucos também, vivem entre os Macuxi, Taurepang e Wapichana e morreu o último falante. Entre os Atoraiu há pouquíssimos falantes que vivem entre os Wapichana. Entre os Taruma não identificamos falantes, apenas ouvimos uma música e eles são poucos misturados entre os Wai Wai e Wapichana.

Patamona, Taurepang, Waimiri Atroari, Ingarikó, Ye'kwana; Wapichana (Atoraiu, Taruma), Yanomami (Sanöma, Yanomama, Yanomae e Ninan), de três famílias linguísticas: Karib, Aruak e Yanomami.

Referente ao domínio linguístico, todos os Yanomami, Ingarikó e Wai Wai falam suas línguas. Do total da população Macuxi, estima-se que aproximadamente uns 7.000 indígenas (13%)<sup>9</sup> devem falar sua língua. Referente ao povo Wapichana, cerca de 4.000 (48%) indígenas falam a língua Wapichana.

No Brasil e sobretudo em Roraima, há necessidade de estudos aprofundados para averiguar até que ponto são diferentes línguas ou variações linguísticas de uma mesma língua, os níveis de vitalidade linguística, assim como identificar subgrupos e segmentos de uma mesma etnia. Em pesquisa recente (2019), foi concluído pelo Instituto Socioambiental (ISA), o Inventário da Diversidade Linguística Yanomami (INDL Yanomami), que é o único estudo aprofundado nessa direção no estado.

Os territórios Macuxi e Wapichana, em alguns casos, estão sobrepostos, mas tem população majoritariamente Macuxi nas Regiões: das Serras (município Uiramutã), da Raposa e Baixo Cotingo (município Normandia), Surumu (município Pacaraima), São Marcos e Amajari (municípios Pacaraima e Amajari). No atual território considerado referência geográfica Wapichana, há 18 comunidades, dentro de nove terras indígenas, na região indígena Serra da Lua, com falantes das línguas Wapichana e Atoraiu, pertencentes ao tronco linguístico Aruak. A Região fica dentro dos municípios Cantá e Bonfim-Roraima<sup>10</sup>.

A língua Macuxi pertence à família linguística Karib cujas línguas são faladas nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, na Venezuela, República Cooperativa da Guiana, Guiana Francesa, Suriname e no extremo oeste da Colômbia (RODRIGUES, 1994; GILDEA, 2012).

A Língua Wapichana é da família Aruak, que é considerada essencialmente amazônica e, pelo número de línguas, é a maior família linguística desta região (RODRIGUES, 1994), sendo ainda a com maior número de línguas na América do Sul.

Diferentes políticas e ações foram desenvolvidas em Roraima, no sentido de fortalecer e expandir o uso das línguas indígenas. Em 1987 foram construídas pelos indígenas 3 (três) escolas, com o apoio da Diocese de Roraima: Maturuca, Cantagalo e Malacacheta. Em 1990 criou-se a Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIRR), fato que contribuiu para o fortalecimento da luta pelos seus direitos de se valorizar as línguas indígenas. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no Artigo 32, sessão III, parágrafo 3º, assegurou às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas.

<sup>9</sup> Chegamos a esses percentuais, que são aproximados, a partir de nossa observação em campo e com base em diálogos estabelecidos com professores, alunos e lideranças indígenas.

<sup>10</sup> Os limites da Região são os Rios Tacutu, ao norte e leste, o Rio Branco, a oeste, os Rios secundários da bacia do Rio Branco, são o Quitauau, Urubu, Jacamim, Arraia, e a Serra da Lua é o limite sul da Região.

Em 2001 houve a redação pelos indígenas da Carta de Canauanim que definiu a escola que os professores indígenas organizados desejavam: “Com o objetivo de promover a valorização da língua e da cultura indígena” (CARTA DE CANAUANIM, 2001). Neste mesmo ano foi criado o curso Licenciatura Intercultural do Núcleo Insikiran, na Universidade Federal de Roraima (UFRR), que atualmente é um Instituto que conta com três cursos<sup>11</sup> que atendem a estudantes indígenas. Em 2006 foi publicado o Parecer CEE/RR nº 27/06, que prevê a formação mínima para professores ministrarem aula de língua indígena no ensino médio. Passa-se a haver exigência em Roraima de se promover formação de professores de línguas indígenas.

Ademais de todos os esforços, atualmente, nas escolas indígenas, na maior parte das vezes, essas línguas são usadas apenas nas aulas de língua Macuxi ou de Wapichana. Somente há uso majoritário das línguas Macuxi e Wapichana no dia-a-dia, nas comunidades (com mais de 70% de falantes). Assim, o português ocupa lugar de destaque na maior parte das comunidades indígenas Macuxi e Wapichana em Roraima. E com todas essas dificuldades ainda há enorme diversidade linguística no Estado, com fluxo constante de falantes dessas línguas do município Bonfim<sup>12</sup> (Brasil) para Lethen (República Cooperativa da Guiana), dado que os territórios desses povos são para eles contínuos entre Brasil e Guiana.

### **Valorização das Línguas Macuxi e Wapichana em Roraima**

Segundo Fanon (2011, p.19), “um homem que possui uma língua possui ao mesmo tempo o mundo implicado e expresso nessa língua [...]”. O autor considera ainda que “[...] na posse da linguagem há um poder extraordinário”. Por que então muitas línguas e mundos estão desaparecendo?

Considera-se que as línguas Macuxi, Wapichana, dentre outras em Roraima e suas variações constituem uma herança cultural viva e única em vários domínios, envolvendo a classificação botânica, a astronomia, a física, a filosofia, a antropologia, a psicologia, a linguística, bem como a economia.

Em 1988 houve o início das aulas de língua Wapichana na escola da comunidade Malacacheta. Na sequência, outros centros regionais e escolas indígenas começaram com voluntários, o ensino das línguas indígenas nas comunidades. Atualmente, este ensino é obrigatório e com professores contratados.

Desde 1990 um grupo de professores das línguas Macuxi e Wapichana da região Serra da Lua, reúnem-se para construir materiais para o ensino dessas línguas nas escolas indígenas. Em alguns momentos a Diocese de Roraima, em outros as universidades, colaboram, mas quando

---

11 O Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena oferta os cursos: Licenciatura Intercultural (LI), desde 2003, Gestão Territorial Indígena (GTI), desde 2010 e Gestão de Saúde Coletiva (GSCI), desde 2013. São cursos com alunos indígenas exceto o último que abre 2 vagas para não índios.

12 A sede do município Bonfim tem população de 3.711 pessoas (IBGE, 2010).

não, o grupo trabalha sozinho.

Para Santos (2006) a primeira tentativa de unificação da escrita Wapichana no Brasil aconteceu em 1988, após um levantamento sociolinguístico realizado por Bruna Franchetto do Museu Nacional (UFRJ) na comunidade Tabalascada. Esse levantamento fez parte do Projeto Experimental de Ação Integrada para Educação Pré-Escolar de Crianças Indígenas. Desse projeto, resultou o dicionário “Wapixana-Português/Português-Wapixana” de Casemiro Cadete, em 1990.

Em 2012 a UFRR começou a participar deste processo, pelo Programa de Valorização das Línguas e Culturas Macuxi e Wapichana (PVLCMW), revisando e editorando um dicionário. Este foi publicado em 2013 pela extensão universitária e recurso do PROEXT (MEC-SESU)<sup>13</sup> 2011.

Os professores de línguas indígenas e também outras ações do PVLCMW buscam fortalecer o uso das línguas Macuxi e Wapichana e reverter a direção do monolingüismo em língua portuguesa. Entre essas ações do PVLCMW, destacam-se oficinas de teatro, de artesanato, registros gráficos, rodas de conversa, cursos de língua e cultura Macuxi e Wapichana, cursos para formação de professores de línguas indígenas como “Ferramentas para documentação linguística”, produção de material didático para o ensino de línguas, oficinas de Arqueologia, de histórias em quadrinhos na língua Wapichana, de jogos pedagógicos, de plantas medicinais e de pintura.

Em 2012, com as artesãs da comunidade Raposa I, o programa criou e apoiou o evento *Anna Komanto' Eseeru - 1º Festa das Panelas de Barro*<sup>14</sup>-, com objetivo de divulgar o trabalho das mulheres que há anos preservam e valorizam a cultura indígena Macuxi, repassando os conhecimentos tradicionais de geração a geração.

Em 2012 os professores de línguas indígenas da Região Serra da Lua tomaram conhecimento da Lei 145/2002 que cooficializou as línguas Baniwa, Tukano e Nheengatu no município São Gabriel da Cachoeira (AM)<sup>15</sup>. Surgiu assim a ideia e eles organizaram para cooficializar também as línguas Macuxi e Wapichana. Até o momento foi realizado a cooficialização no Bonfim, pela Lei 211/2014 e no Cantá, Lei 281/2015<sup>16</sup>. Como forma de implementação, após a cooficialização

13 Programa de Extensão Universitária (PROEXT) (Ministério da Educação (MEC)- Secretaria de Educação Superior SESU)

14 Em 2012 o evento foi criado pela artesã Iolanda Fidelis, demais artesãs da comunidade Raposa I (município Normandia-RR) e pela professora coordenadora do Programa de Valorização das Línguas e Culturas Macuxi e Wapichana- UFRR). Continuou e acontece a cada ano na comunidade desde então coordenado pelas mulheres artesãs e desde 2013 por Enoque Raposo. Em 2019 o programa assinou a curadoria da exposição de fotografias “*Pena esenyakama'san amenanpe tesenyaka'masanan: o saber que atravessa o tempo*”, realizada na UFRR e na casa de cultura da comunidade Raposa com o apoio do Museu Etnológico de Berlim.

15 Foram cooficializadas também as línguas indígenas: Guarani em Tacuru (MS) pela Lei 858/2010 e em Paranhos (MS), Xerente em Tocantina (TO) em 2012.

16 Em dezembro de 2018 soubemos pelo vereador Rondinelly Lima Mota que a Lei 06/2017 que em 19 de junho de 2018 a câmara de vereadores aprovou a cooficialização das línguas Macuxi e Ingarikó no município Uiramã-RR, mas ainda falta o Prefeito sancionar.

no Bonfim, houve concurso<sup>17</sup> para professores das línguas Macuxi e Wapichana. Esta realidade contribui para aumentar o prestígio dessas línguas, assim como a viabilização de mais empregos para seus falantes.

Uma das possibilidades de legalizar e reforçar o direito ao uso das línguas é a cooficialização delas a nível municipal. Utiliza-se o termo cooficialização porque o Art. 13 da Constituição Federal institui que a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

Cooficializar uma língua possibilita que documentos oficiais sejam emitidos nessa língua, além de garantir que serviços públicos devam ser prestados também por meio dela (DAMULAKIS, 2017). “Oficializar uma língua significa que o estado reconhece sua existência e reconhece seus falantes a possibilidade de não terem que mudar a língua sempre que queiram se expressar publicamente ou tratar de aspecto de sua vida civil” (OLIVEIRA, 2015, p. 27).

Após a cooficialização das línguas indígenas Macuxi e Wapichana nos municípios Bonfim e Cantá, as discussões sobre padronização ortográfica dessas línguas foi intensificada. Entende-se que normas linguísticas serão criadas para responder à oficialidade assumida. Embora, venha a ser um processo complexo, uma vez que cada língua tem suas variantes.

Segundo Oliveira (2010), a partir da padronização da escrita de uma língua, diversas produções textuais também precisam ser preparadas para atingir um número crescente de leitores, de estudantes e de línguas. Há necessidade de atenção aos contextos que mudam rapidamente e às oportunidades fugidias para manter e ampliar os âmbitos de uso das línguas.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2009) classifica as línguas em cinco categorias diferentes: vulnerável- maioria das crianças falam a língua, mas pode estar restrita a certos espaços (como dentro de casa); em perigo (as crianças não aprendem mais a língua como materna dentro de casa); em grave perigo (a língua é falada pela geração dos avós e pode ser compreendida pela dos pais, porém estes não a falam entre si ou transmitem para os filhos); em situação crítica (os falantes mais jovens da língua já são avós e a falam parcialmente e com pouca frequência); extinta (não há mais falantes vivos da língua).

Pelo Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) IPHAN, 2016), o Estado brasileiro preparava-se para gerir suas mais de 215 línguas, algumas delas faladas também em outros países. O Decreto nº 7.387, de 09/10/2010, instituiu o INDL, mecanismo pelo qual até o momento as línguas Talian, Asurini do Trocará, Guarani Mbya, Nahukuá, Matipu, Kuikuro e Kalapalo receberam o certificado de Referência Cultural Brasileira pelo IPHAN.

OIPHAN, antes da extinção do Ministério da Cultura, desenvolvia linhas de reconhecimento, apoio e fomento. O Instituto disponibiliza *on line* Guias de Pesquisa e Documentação para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), com as metodologias de inventário. O INDL vem sendo um instrumento oficial importante no reconhecimento de línguas como patrimônio cultural.

---

17 Publicação do edital com a minuta do concurso público 01/2015- Município Bonfim.

Para averiguar o grau de vitalidade do uso de uma língua observa-se a atitude dos falantes em relação a ela. O desenvolvimento do uso da língua também deve ser avaliado, se há mudanças no domínio e uso da linguagem, se usam as palavras na ordem da língua indígena ou se seguem a lógica da língua portuguesa. Outro aspecto importante a averiguar refere-se ao tipo e a qualidade da documentação dessa língua, se é usada pela mídia e se há material para educação e alfabetização no idioma (MORI, 2018).

Os materiais são produzidos de modo coletivo entre os professores Wapichana mais antigos, os mais jovens e os de comunidades diferentes, sendo a escrita desses materiais resultado de construções de consenso a partir de muito debate. A partir de 2012, foi construído um novo livro com esse grupo de professores. O material foi publicado em 2015, “*Wapichan paradan idia 'an aichapkary pabinak na 'ik kadyzyi kid*”, com textos Wapichana que contemplam questões de interpretação, que consideram a interculturalidade, a explicação de usos da língua a partir de trechos dos textos e exercícios de produção textual a partir dos temas incluídos no livro. O lançamento e a distribuição desse livro aconteceram nas assembleias dos tuxauas da Região, na da Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIRR) e nos polo base indígenas da Região Serra da Lua.

Na quadragésima terceira reunião dos tuxauas da Região Serra da Lua, foi aprovado o texto do projeto de Lei que pretende regulamentar a Lei 211/2014, que cooficializou as línguas Macuxi e Wapichana no município Bonfim-RR, e guiar sua implementação. A Lei pretende instituir o Conselho Municipal de Políticas Linguísticas e o Fundo Municipal de Políticas linguísticas, instituições que ficarão responsáveis pela gestão das línguas no município. Nas ações previstas por esses órgãos estão: a realização de um censo linguístico do município e o Inventário das Línguas Macuxi e Wapichana na Região Serra da Lua. Ambas ações, já estão em andamento pela Iniciação Científica da UFRR e pelo desenvolvimento do Processo 01419.000012/2018-22 aprovado no Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN, 2016).

O mesmo grupo de professores de línguas indígenas, na mesma assembleia em 2016, decidiu solicitar o inventário das línguas Macuxi e Wapichana na Região Serra da Lua. Ao conseguirem agregar a aprovação dos tuxauas em assembleia, e entregar documento ao IPHAN, procedeu-se a abertura do processo de inventário.

A Lei de Regulamentação da cooficialização (211/2014, no Bonfim) foi redigida no encontro de professores de línguas indígenas da Região Serra da Lua e aprovada na quadragésima quarta assembleia da Região. A partir do trecho dessa Lei de Regulamentação:

a Prefeitura destinará recurso para a criação de um espaço em cada comunidade adequado à aprendizagem das culturas e das línguas Macuxi e Wapichana para assegurar que os falantes dessas línguas possam se responsabilizar por ensinar a língua no convívio diário com menores de 6 anos (2019, no prelo).

Na referida assembleia, uma liderança da Terra Indígena Jacamim falou que lá não precisaria de um espaço assim, porque as crianças já nasciam falando a língua Wapichana. Contudo,

houve defesa da necessidade desse espaço ser criado, porque na Terra Indígena Jacamim já há jovens que crescem sem falar Wapichana. Portanto, conseguir cuidar da transmissão da língua Wapichana, neste caso, é como se fosse cuidar do “olho d’água”<sup>18</sup>, para que a fonte, ou o “berço da língua” mantenha-se forte.

Todavia como parte da política de valorização das línguas, as lideranças indígenas reunidas em Reunião Regional de Tuxauas aprovaram também a colocação de 7 (sete) placas nas línguas indígenas Macuxi, Wapichana e na língua portuguesa. A priori, houve a ideia de colocar as placas de sinalização às margens da BR 401 (estrada asfaltada que liga Boa Vista a Bonfim), mas foi deliberado que ficassem nas vicinais<sup>19</sup> e já dentro das Terras Indígenas, para que as placas não fossem destruídas.

Houve solicitação de mais placas com o texto “Preserve o Meio Ambiente”, porque, segundo os tuxauas, há muitos não indígenas que frequentam os igarapés dentro das comunidades e que apresentam posturas desrespeitosas: poluem as águas ao deixar seus lixos e fazem confusão na localidade. Uma das lideranças queria que fosse escrito na placa: “não deixe lixo no igarapé” e “proibido consumir bebida alcoólica”. Contudo, justificou-se que no tamanho da placa trilingue Macuxi- Wapichana- Português, não caberia textos longos. E a referida liderança falou: “deixe só em português então, porque quem vai ali não fala Wapichana”. Como o trabalho envolvia a divulgação e valorização das línguas indígenas, considerou-se que um visitante que lê um texto na língua Wapichana, poderá sensibilizar-se e perceber que naquela localidade vive um povo com outros valores, outra língua e uma relação muito próxima e diferenciada com a natureza.

A cooficialização de línguas em nível municipal no Bonfim e no Cantá foi um passo importante para a comunidade. A partir da implementação dessas Leis de cooficialização, empregos estão sendo criados para falantes das línguas Macuxi e Wapichana, fato que modifica a situação dessas línguas no *mercado linguístico*. Assim, aquela família que deixava de ensinar a língua indígena a seus filhos, ao pensar que para ele conseguir emprego não precisaria desse conhecimento, passa a perceber que, pelo contrário, ele terá mais oportunidade se souber falar e escrever as línguas Macuxi e Wapichana.

Atualmente, no mundo, a questão linguística atinge uma nova centralidade. Na comunidade Maturuka, localizada na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, município Uiramutã, os Macuxi organizados conseguiram que os acordos judiciais fossem feitos na língua indígena de cada povo. Conquista que evidencia a vontade de fazer prevalecer seus direitos linguísticos.

Portanto, é possível reposicionar o prestígio e uso das línguas Macuxi e Wapichana em Roraima, mesmo nas condições em que a economia de mercado se impõe com mais força nas

---

18 Expressões usadas com frequência pela professora coordenadora do Programa de valorização das Línguas e Culturas Macuxi e Wapichana nos eventos indígenas, para, pela imagem que produz, defender o valor que tem o uso dessas línguas.

19 Vicinais são estradas de terra que dão acesso às zonas rurais e às Terras Indígenas.

comunidades indígenas. Há desejo dos povos para que isso aconteça e é momento político favorável uma vez que a primeira deputada indígena, Joênia Wapichana foi eleita.

### **Políticas Linguísticas: discussão e análise**

Há expectativa de conseguir cada vez mais reciprocidade entre línguas e culturas, sejam elas indígenas ou não. E os novos encontros entre culturas permitem o conglomerado de diferenças que se configuram em identidades culturais criando “novas etnicidades”. E neste movimento, as línguas têm papel central e o multilinguismo é potencializado.

Segundo Oliveira (2016, p 5): “elaborar políticas linguísticas é participar da construção do futuro das sociedades e, mais especificamente, da nossa sociedade”. Para este autor, fazer política linguística, pela própria noção de intervenção sobre as línguas, sem a qual ela não existe, é atuar para um mundo mais justo neste campo específico das línguas e dos seus usos, mais plural, mais democrático e mais aberto à ecologia de saberes humanos.

Após diferentes instituições, inclusive a UNESCO, começarem a defender que “as línguas importam”, chamou-se atenção para os casos de extinção de línguas. Assim, o lema “um país, um Estado, uma língua”, tornou-se obsoleto. A diversidade linguística passou a ocupar um novo lugar na sociedade (OLIVEIRA, 2010). O ano de 2019 foi declarado pela UNESCO como internacional das línguas indígenas. E durante dez anos essas línguas continuarão sendo ressaltadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) que declarou a década das línguas indígenas.

Ações legais e institucionais (Constituição de 1988; LDB de 1996; Referencial Curricular Nacional para Escolas indígenas de 1998, entre outros), foram tomadas para manter, desenvolver e revitalizar línguas indígenas. As ações de cooficilização das línguas indígenas em Roraima compõem este cenário.

As escolas indígenas trabalham o ensino via pesquisa e a aprendizagem via problemas, quebrando os moldes de educação que anteriormente previa pouca interatividade entre as partes desse processo. Como a educação escolar indígena já trabalha com tentativas de construir um ensino diferenciado, deseja-se criar currículos que viabilizem uma escola indígena bilíngue ou multilíngue, questão que precisa ser ainda bem trabalhada porque muitas escolas em Roraima ainda são monolíngues em português.

Em 2014 houve a publicação do Documento final da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CONEI)<sup>20</sup>, que propõe a “criação de um fundo federal para investir nas iniciativas de revitalização das línguas indígenas”; sugere ainda “utilizar recursos como vídeos,

---

<sup>20</sup> I CONEI, Eixo temático III, ponto política linguística, itens 109, 112 e no ponto Educação de Jovens e Adultos, item 131, na parte 1 do documento, que prevê a possibilidade de realizar um “diagnóstico linguístico com a participação dos povos indígenas”.

fotografias e produções textuais dos estudantes durante as aulas e para formulação de materiais didáticos específicos através da criação de uma linha própria de financiamento” (2014, p. 92). Há também proposta de que haja “a participação dos guardiões da cultura, para fortalecer valores e conhecimentos imemoriais e tradicionais, como professores por notório saber [...] garantindo recursos necessários para sua atuação docente [...]” (2014, p.19).

Neste contexto, nas propostas do documento da conferência, dentro do que chamam materiais específicos, ainda é preciso escrever as histórias que circulam na oralidade e que inventem, traduzam histórias para as línguas Macuxi e Wapichana. É um caminho interessante, tanto para incrementar o ensino nas escolas indígenas, como para alimentar um banco de dados que possa servir aos buscadores de informação.

Os buscadores de informação usam línguas e as novas informações são acessíveis através de uma determinada língua. “O novo modelo comunicativo condiciona o status e o corpus das línguas”. Os softwares passam a ser mais importantes do que os hardwares. E são feitos em determinadas línguas, com tecnologia que depende das línguas (OLIVEIRA, 2010, p. 24).

A adequação da língua Wapichana aos novos modelos de comunicação em curso é necessária diante da pressão por certos tipos de standardização, que se dá com o desenvolvimento de padrões para rápida compreensão, circulação e aceitação de variações lexicais, determinações de padrões e terminologias adequadas a diferentes contextos. A UNESCO recomenda a inclusão das línguas chamadas de minoritárias no cyberspaço. Para isso é importante que o corpus dessas línguas seja trabalhado e, diante de tantas mudanças socioculturais, muitos neologismos precisarão ser criados.

Nessa direção houve o lançamento do *Ebook* “Vamos Aprender Wapichana” disponível em formato Epub e pdf, que consiste em 24 lições que foram veiculadas na Rádio Monte Roraima em 1995, editadas e organizadas em novo formato para ser amplamente divulgado. A princípio, essa iniciativa partiu da Diocese de Roraima e da Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIRR). A organização do livro digital por Edney Veras (2019) inaugura mais uma possibilidade de inserir essa língua indígena na *internet*.

A produção desse material, de acordo com Lagares (2018, p110), ao associar produtos e valores, faz com que “a língua seja vista como um recurso estratégico que pode angariar consumidores nos mais diversos setores, do turismo aos produtos alimentares”. Portanto, é necessário no processo de valorização das línguas indígenas, considerar a produção de tecnologia na língua (tradutores automáticos, dicionários, gramática, provas internacionais de proficiência), o envolvimento do setor editorial em geral, audiovisual e musical, que difundem a língua e a cultura, assim como a venda de marca (LAGARES, 2018).

Alguns certificados de proficiência de uso das línguas vêm sendo criados, tal como o Certificado de Língua Portuguesa do Brasil, que foi desenvolvido pelas universidades e pelo

Ministério da Educação (MEC) nos anos de 1990 e foi referência transferida com a mesma concepção e acreditação para a Argentina. Esta ação contribuiu para gerar uma política conjunta de certificação de línguas no Mercosul, criando novas estruturas de financiamento e divulgação.

O Certificado de Español Lengua y uso (CELU), que usa a tecnologia Celpe-Bras, “alavanca centros de formação, laboratórios de produção de materiais e inclusive uma política de turismo idiomático, voltada a atrair interessados no aprendizado do idioma in loco” (OLIVEIRA, 2010, p. 29). Conseguir fazer uso desse tipo de certificação com as línguas indígenas em Roraima e em todo o Brasil seria ainda uma outra forma de aumentar o prestígio dessas línguas, ao abrir possibilidades de financiamento e divulgação.

Marazzi (2009) explica que o aumento da produção de pequenas quantidades de produtos, com numerosos modelos, ajudou para que a comunicação e o fluxo de informações entrassem diretamente no processo produtivo. A cadeia de produção passa a ser “falante” e as tecnologias de transmissão que viabilizam a circulação das informações passam a ser verdadeiras “máquinas linguísticas” (MARAZZI, 2009, p. 18).

Para este autor, os estudantes de determinada língua serão consumidores de bens culturais como livros, filmes, músicas até produtos gastronômicos. Para fazer uma receita daquela cultura buscará determinados ingredientes. E a receita pode estar em livro didático que ensina a língua. “Os delírios ultraliberais, que transformam tudo em mercadoria, encontram na língua o produto ideal, que não tem custos de produção e que não se desvaloriza com a troca e o uso, mas que, pelo contrário, quanto mais é usado, mais valor adquire (LAGARES, 2018, p. 111).

A língua é um bem imaterial intangível, é singular e é um bem público, pode servir de meio de comunicação internacional, principalmente entre línguas indígenas usadas em regiões de fronteira, muitas delas em mais de dois países. O pertencimento compartilhado que o uso uma língua constrói é maior quanto mais falantes dessa língua existam e quanto maior seja sua presença em outros países.

Todavia evitar-se-á aqui considerar o idioma como *commodity*, mercadoria, sem refletir com mais aprofundamento sobre o objeto língua. Que língua é essa de que se pode auferir valor econômico; como ela é formada, por quem, em que condições, com que instrumentos? Quem lucra com o “valor econômico” da língua? Nesse campo de conhecimento “a medição do valor econômico da língua é feita de acordo com o seu coeficiente de participação no Produto Interior Bruto” (LAGARES, 2018, p. 112).

Em Roraima, é crescente o número de pessoas interessadas em estudar línguas indígenas. Há também muitos professores de línguas indígenas em começo de carreira que buscam formação continuada e materiais para ensino e aprendizagem dessas línguas, portanto nesse aspecto o valor das línguas indígenas no estado tende a aumentar.

É possível indicar um coeficiente linguístico em cada ramo de produção e posteriormente quantificar a importância da língua para cada ramo [...] o valor econômico da língua encontra-se em maior proporção no setor de serviços, é menor na indústria e menor ainda na agricultura. Um setor como o educacional, por exemplo, é 100% dependente da língua, de modo que aí, entre outros setores, seu valor é máximo” (OLIVEIRA, 2013, p. 419).

Por isso considera-se importante que as escolas indígenas usem as línguas Macuxi e Wapichana mais do que apenas durante as aulas dessas línguas. E é urgente a produção de materiais didáticos para o ensino de todas as áreas de conhecimento nas línguas indígenas.

Escritores indígenas precisam também publicar materiais paradidáticos nas línguas indígenas para que essa literatura seja disseminada nas comunidades indígenas. Essas publicações serão importantes também na direção do que Leite afirma: “o ensino da língua, que se apoia com frequência na literatura, na medida em que nela procura textos que se consideram como linguisticamente exemplares e também representativos de uma identidade cultural [...]” (2012, p. 148).

Um lugar que vem ampliando o uso dessas línguas vem sendo os momentos de vivência de documentação cultural e linguística. Registros de muitas histórias de vida e momentos de uso das línguas. O que tem sido um espaço para lembrar e usar as línguas com a intenção de divulgá-las e de contribuir com materiais para seu ensino. Os documentos produzidos são de interesse das organizações indígenas, das próprias comunidade e de muitas instituições que abrigam bancos de dados linguísticos.

Em Roraima, as línguas recebem pouca atenção e um pequeno número de pessoas dedicam-se ao “banco de dados linguísticos”. Desde 2010, pela pesquisa e extensão universitária, o Programa de Valorização das Línguas e Culturas Macuxi e Wapichana, assim como projetos de outros professores das universidades e institutos, gravaram e filmaram muitas falas nas línguas, mas ainda não está organizada nenhuma plataforma ou servidor para guardar esses documentos.

Diferentes pesquisadores passam por Roraima, recolhem dados, mas raramente os deixam para os usuários das línguas ou para as instituições locais e muito menos disponibilizam esses documentos na internet, o que precisa mudar. As próprias comunidades precisam criar mecanismos que as beneficiem diretamente.

Calvet (2007) afirma que uma das causas da falta de documentação das línguas é a escassez de implementação de políticas por parte do Estado que efetivamente ajudem a manter essas línguas com suas comunidades. A cerca desta questão o autor aborda:

[...] se trata das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade; em que língua o Estado funcionará e se relacionará com os cidadãos, em que línguas a educação e os serviços culturais serão oferecidos, que variedade de língua será usada, se as outras línguas faladas pelos cidadãos serão reprimidas, reconhecidas ou promovidas (CALVET, 2007, p.1).

Lagares (2018, p. 106) aponta que: “a possibilidade de um futuro plurilíngue nas nossas sociedades contemporâneas depende do compartilhamento de funções sociais em diversas línguas”. Para este autor, as políticas de expansão de línguas se centram em quatro aspectos. A consolidação da hegemonia territorial e de sua influência;<sup>21</sup> a extensão do seu ensino como “línguas adicionais”;<sup>22</sup> sua inserção no uso regular das relações econômicas e políticas internacionais, garantindo sua presença em instituições supraestatais, regionais ou multilaterais; e a ampliação do seu uso acadêmico, científico e tecnológico (LAGARES, 2018).

O autor lembra ainda da necessidade de “produzir lealdade linguística para além das fronteiras nacionais”, de constituir uma “comunidade imaginada”, que seria a base de uma língua comum (imaginada também) que forma um vínculo afetivo/ideologia e há a materialização de uma ordem coletiva. Lagares aborda ainda a capacidade de atrair novos consumidores para os produtos nacionais como material didático, tendo a língua como objeto central da atividade econômica.

Para além dos indicadores abordados acima, um aspecto fundamental é a vontade das comunidades em Roraima em continuar falando. O que garante a continuidade, a vida de uma língua, é também o seu uso. Por isso, com as organizações indígenas, universidades e outras instituições, busca-se potencializar este uso com as comunidades, escolas e cidades.

Pierre Bourdieu, nos estudos das *trocas linguísticas* propõe uma série de noções interessantes ao debate, tais como as de capital econômico, cultural, simbólico e social. O autor refere-se a “lucro simbólico”, “mercado linguístico”, poder, “violência simbólica” e a uma série de aspectos socialmente instituídos presentes nos diversos atos de comunicação. O sociólogo percebe que para comunicar, os indivíduos e sociedades desenvolvem processos ritualizados de investimento, portanto há concorrência, monopólio, exclusão, marginalização dentro dessas relações de força. Para o autor:

A língua legítima não tem o poder de garantir sua própria perpetuação no tempo nem o de definir sua extensão no espaço. Somente esta espécie de *criação continuada* que se opera em meio às lutas incessantes entre as diferentes autoridades envolvidas, no seio do campo de produção especializada, na concorrência pelo monopólio da imposição do modo de expressão legítima, pode assegurar a permanência da língua legítima e de seu valor, ou seja, do reconhecimento que lhe é conferido (BOURDIEU, 1996 p. 45).

Bourdieu faz uma analogia entre a expressão “situação de comunicação” e “mercado simbólico”. Para ele, a produção social de sentido é pensada a partir dos “atos de fala”, mais do que pela língua. Portanto, as condições de sucesso na comunicação dependem das relações de “poder simbólico”.

21 “[...] Continuando o processo de substituição linguística nas denominadas “fonias:” francofonia, lusofonia, anglofonia, arabofonia etc” (LAGARES, 2018, p. 107).

22 “[...] O que supõe a consolidação de um mercado de grande peso econômico e que abre as portas, por meio dos falantes mais ou menos bilíngues, ao consumo das mais diversas áreas: turismo, produtos culturais (cinema, literatura, música...), produtos gastronômicos, roupa etc” (Idem Ibidem).

Nesse prisma, Bourdieu olha para as possibilidades de valorização ou de desvalorização dos diversos discursos que circulam nos mercados/campos sociais. Assim, os agentes sociais desenvolvem um “senso prático” das condições de “aceitabilidade” e “oportunidade” de seus discursos, antecipando de modo também prático os “lucros simbólicos” de sua ação. Para esse sociólogo o discurso é um jogo no qual estão sempre envolvidos um “*habitus*” linguístico e um “mercado simbólico” específico.

Ele discute esse “senso de aceitabilidade”, que evidencia os efeitos de censura produzidos pelos agentes sociais, antecipando os riscos do que pode ou não ser dito nos “mercados simbólicos”. Portanto, mesmo tendo a habilidade “técnica” para falar, sentem-se desprovidos da “competência social” para fazê-lo<sup>23</sup>. E essas tensões sociais fazem com que determinados agentes digam que “não sabem falar” ou “não tem o que dizer”. Isto é, sentem-se aquém dos capitais do mercado simbólico no qual estão colocados.

Além disso, outra questão presente na análise de Bourdieu é o da “eficácia simbólica” da fala ou como um discurso é capaz de produzir coisas, desencadear reações, e modificar estados emocionais. Girardi considerou que os atos de fala sempre ocorrem a partir de “rituais sociais”. Ele observou que as falas “são sempre ações em uma rede de enunciados que o precedem (ao lado dos quais se posicionam e estabelecem uma relação dialógica, contra o qual se levantam e denunciam etc.)”. Para o autor, os agentes não atuam no vazio das instituições, pelo contrário, as posições ocupadas nas redes comunicacionais por aqueles que produzem uma enunciação “estão em uma complexa cadeia de rituais de instituição, no interior de certos campos sociais (com seus mercados linguísticos e seus gêneros de discurso), histórica e socialmente construídos” (GIRARDI, 2017, p.5).

Casimiro Manoel Cadete (2013), liderança Wapichana com 92 anos na ocasião em que foi entrevistado, contou como a língua portuguesa começou a ser imposta na comunidade Canauanim, região Serra da Lua, município Cantá- RR, disse: “quem vinha comprar farinha falava português”. E ele também compartilhou a informação de que seus parentes, quando iam trabalhar nas fazendas como vaqueiros, eram proibidos de falar a língua Wapichana.

Historicamente percebe-se cada vez mais uma troca desigual entre novos centros e novas periferias. E “a posição de cada país de cada língua dependerá de sua capacidade de capitalizar o trabalho vivo imaterial, o saber” (MARAZZI, 2009, p. 65). Além da imposição da língua portuguesa, a cultura do gado também foi imposta na região.

Boa Vista, segundo Eggerath (1924), possuía cerca de dez mil habitantes, duzentas mil cabeças de gado bovino e dez mil de gado cavalari. Isto é, havia mais gado do que gente. A economia do gado é uma das referências que evidenciam as mudanças vividas pelos povos

---

23 Sotigui Kouyaté (2006) afirmou que a técnica é apenas uma face nova do que já é tradição “que não é explicado tecnicamente, mas que vivemos todo dia”. Ideia que relativiza o pensamento de Bourdieu, uma vez que a tradição inclui competência social.

indígenas Macuxi e Wapichana em Roraima. A partir da inserção dessa cultura, os territórios indígenas foram usurpados. Onde havia gado, passou a ser do fazendeiro. O gado pisava nas roças indígenas, vivia-se uma série de conflitos e os indígenas deslocavam-se cada vez mais para as montanhas e para longe dos rios.

Com a luta organizada dos povos indígenas e o projeto de gado: “uma vaca para o índio”. As comunidades indígenas inverteram a lógica e passaram a usar o gado para demarcar o território a seu favor. Em 1997 o rebanho bovino do projeto de gado passava de vinte mil cabeças de gado com cento e cinquenta e oito comunidades indígenas envolvidas.

Em Roraima, cada vez mais, as populações indígenas contribuem economicamente para o desenvolvimento sustentável do Estado. Portanto, há a demanda de inserção de novos produtos de acordo com as mudanças que ocorrem, principalmente quando os grandes grupos de consumo estão saturados. De acordo com a oferta e procura, quando esgota a produção de bens em uma única língua, em um único mercado, há necessidade de conquistar novos locais de consumo. E esses se darão em outras culturas e línguas. Assim, os processos de valorização de cada língua, a partir da valorização da cultura do trabalho e das vivências, são importantes.

As lideranças da Região Serra da Lua, pensam estratégias que a valorizem as línguas e as culturas Macuxi e Wapichana, inclusive conquistando vagas nos setores públicos e gerando recursos financeiros para as comunidades linguísticas. Afinal, conforme afirma Lagares, “a luta contra os monopólios de todo tipo e contra a homogeneização linguística e cultural continua sendo o nosso maior desafio” (2018, p. 119).

Comunidades linguísticas diferenciadas são constantemente ameaçadas por projetos unificadores porque consideram que a diversidade constitui elemento perigoso (LAGARES, 2018). De fato, as comunidades linguísticas de fronteira podem, ao se unificar, reivindicar unidade territorial que ultrapasse as delimitações dos Estados Nação, como fazem atualmente os Mapuche que vivem entre o Chile e a Argentina.

Como concluiu Gilvan Muller de Oliveira (2010, p. 30) “o peso das línguas talvez não deva ou não possa ser determinado, propriamente, em um grande mercado unificado, mas antes nos movimentos de reposicionamento em novos mercados que surgem e se reconfiguram e que podem trazer muitas surpresas”. Nessa direção, as negociações políticas que tomarem como base a reciprocidade tenderão a gerar oportunidades interessantes, ouvindo os movimentos das sociedades e abrindo espaço para modelos inovadores com as línguas em diferentes mercados. E o mapeamento desses novos mercados linguísticos passa a ser uma boa estratégia na disputa acirrada pelas comunidades linguísticas. Mesmo que o lucro seja pequeno, a produção precisa estar presente em diversos mercados.

## **Considerações Finais**

Expandir as forças de produção, a partir do processo de expansão da economia de mercado, é resultado do modelo de desenvolvimento econômico colonizador. A busca por recursos para abastecer os mercados produtores de bens e serviços, a partir da colonização europeia em Roraima, impactou diretamente a cultura dos povos indígenas que habitavam a região há séculos.

Mudanças no sistema capitalista delinearão a “sociedade da informação” ou do conhecimento, chamada também de “nova economia”. As formas de organização do trabalho mudaram. São períodos de forte concorrência e saturação dos mercados. Para as empresas darem continuidade à sua produção, precisam ficar atentas a cada variação da demanda, que oscila com muita frequência (MARAZZI, 2009).

Diferente da época do fordismo, a força de trabalho passa a depender da comunicação, que passa a ser o “insumo central da produção”. E isso repercute diretamente sobre o lugar/*status* das línguas, assim como, sobre elas próprias. No que se pode chamar de “nova economia”, “a comunicação passa a ocupar o centro do processo produtivo, mantendo relações complexas com a inovação tecnológica produtiva” (OLIVEIRA, 2010, p.23).

Neste contexto, este estudo considera que a cooficialização das línguas Macuxi e Wapichana foi uma conquista importante dentro do mercado linguístico de Roraima. Essa ação de política linguística fortaleceu o prestígio dessas línguas em comparação com outras. A partir da implementação dessas Leis, alguns empregos foram criados para falantes dessas línguas.

Roraima, nesse processo de inserção e de expansão do capital, após as políticas do colonialismo, continua buscando caminhos para avançar no desenvolvimento econômico sustentável. E as comunidades indígenas têm muito a contribuir nessa direção. Sabe-se que maioria dos falantes políglotas do mundo são aqueles que têm uma língua periférica/minorizada como primeira língua (L1). Portanto, quem considera o multilinguismo e a diversidade cultural saudáveis, precisa continuar lutando pela resistência e qualidade de vida das minorias.

O avanço nos sistemas de comunicação, na tecnologia de processamento, no armazenamento e transmissão de dados e informações, permitiu o surgimento de complexas inovações tecnológicas, caracterizadas por produtos sofisticados e complexas técnicas de análises e gestão. Assim, já que este processo impacta no modo de vida povos indígenas, é importante que possa ser internalizado para fortalecer suas línguas. As políticas e ações neste sentido contribuem sobremaneira, para que haja também a mudança, na melhoria da perspectiva socioeconômica do lugar da língua.

Conviver frente a essas mudanças da globalização da economia implica em um forte processo de resistência por meio do fortalecimento da manutenção do uso das línguas indígenas,

no sentido de garantir a sustentabilidade de suas culturas. Os povos Macuxi e Wapichana, dentre outros, ao invés de rejeitarem a modernidade, a partir de suas cosmologias locais, podem se apropriar das retóricas emancipatórias e das epistemologias de fronteira, juntando-se às lutas dos povos de outros continentes, sonhando construir uma humanidade sem discriminação linguística, que seja multicultural e viva com mais harmonia.

O texto “o lugar das línguas: a América do Sul e os mercados linguísticos na nova economia” (OLIVEIRA, 2010) instigou pensar o lugar das línguas indígenas Macuxi e Wapichana em Roraima- Brasil. E para refletir sobre o *status* dessas línguas, os vários aspectos considerados neste trabalho, poderão servir de referência para outros estudos que venham a contribuir para o fortalecimento e valorização de outras línguas indígenas em Roraima e em outras regiões.

## REFERÊNCIAS

BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira; ANDRADE, Thiago de Souza. Plurilinguismo em cena: processos de institucionalização e de legitimação de línguas indígenas. *Policromias, Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*. V.1, N.1. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/download/4093/3061>> Acesso em 01/11/2018.

BIFANI, P. *Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible*. 4ª Ed. Madrid: Instituto de Estudios Políticos para América Latina – IEPALA, 1999.

BONFIM. *Lei 211* de 04 de dezembro de 2014.

CADETE, Casimiro Manoel. *Dicionário Wapichana- Português Português- Wapichana*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

\_\_\_\_\_. Entrevista (junho de 2013) [92 anos]. Entrevistadora: Ananda Machado. Comunidade Canaunanim, município Cantá-Roraima. In MACHADO, Ananda. *Kuadpayzu, Tyzytaba 'u Na 'ik Marynau Aspectos de Uma História Social da Língua Wapichana em Roraima (1932-1995)*. Tese de doutorado PPGHIS UFRJ. Rio de Janeiro, 2016.

CALVET, Louis Jean. *As Políticas Linguísticas*. São Paulo: Editora Parábola, 2007.

*CARTA de Canaunanim*. 2001. Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIRR) (no prelo)

DAMULAKIS, Gean. *Cooficialização de línguas no Brasil: características, desdobramentos e desafios*. 2017. Disponível em <<https://lefufrj.wordpress.com/2017/12/21/cooficializacao-de-linguas-no-brasil-uma-visao-panoramica/>> Acesso em 30/11/2018.

EGGERATH, Dom Pedro. *O Valle e os índios do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tip. Universal, 1924.

FRANCHETTO, Bruna. A guerra dos alfabetos: os povos indígenas na fronteira entre o oral e o escrito. *Mana*. Estudos de Antropologia Social, v. 14, n.1, 2008.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Rio Babel- a História das Línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

\_\_\_\_\_. A Demarcação das línguas indígenas. In CUNHA, Manuela Carneiro; CESARINO, Pedro de Niemeyer. (Orgs). *Políticas culturais e povos indígenas*. São Paulo, Cultura Acadêmica/ Ed Unesp, 2014.

FULNI-Ô, Fábila. *Yaathe a língua do misterioso mundo Fulni-ô - Especial Ano Internacional das Línguas Indígenas*, 2019. Disponível em <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/5375-yaathe-o-misterioso-mundo-fulni-o-especial-ano-internacional-das-linguas-indigenas>> acesso em 30/04/2019.

FURTADO, Celso. *Cultura e Desenvolvimento em época de crise*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

GILDEA, S. Linguistic Studies in the Cariban Family in CAMPBELL, L. & GRONDONA, V. *Handbook of South American Languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2012.

GIRARDI, Liráucio. Pierre Bourdieu: mercados linguísticos. *Revista Famecas: mídia, cultura e Tecnologia*. Porto Alegre, v.24, n3. Setembro, outubro, novembro e dezembro de 2017. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/25978/15689>> acesso em 12/06/2018.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo 2010*. Disponível em <[https://www.google.com.br/?client=safari&channel=iphone\\_bm](https://www.google.com.br/?client=safari&channel=iphone_bm)> acesso em 12/01/2020.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) Brasil. *Decreto nº 7.387, de 09/10/2010*. Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL).

\_\_\_\_\_. *Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL: Volume 1 Patrimônio Cultural e diversidade Linguística*. Brasília: IPHAN, 2016.

\_\_\_\_\_. *Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL: Volume 2 Formulário e Roteiro de Pesquisa*. Brasília: IPHAN, 2016.

KOUYATÉ, Sotigui. *Encontros de Escuta, Comunicação e Sensibilidade*. SESC SP, 2006. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=sJd1te\\_3pJI](https://www.youtube.com/watch?v=sJd1te_3pJI)> acesso em 04/04/2019.

LAGARES, Xóan Carlos. *Qual Política linguística? Desafios Glotopolíticos Contemporâneos*. São Paulo: Parábola, 2018.

LITTLE, P. E. *Amazônia: disputas territoriais em fronteiras perenes*. Baltimore: Imprensa da Universidade Johns Hopkins, Marilan, 2001.

\_\_\_\_\_. *Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global*. Rev. Tellus, ano 2. n° 3, out, 2002.

MARAZZI, C. *O lugar das meias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

MORI, Letícia. *O Brasil tem 190 línguas indígenas em perigo de extinção*. BBC Brasil. São Paulo. 2018. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43010108>>. Acessado em 31/10/2018.

MUNDURUKU, Daniel. *Mundurukando 2: sobre vivências, piolhos e afetos: roda de conversa com educadores*. Lorena: UKA editorial, 2017.

OLIVEIRA, Gilvan Muller. O Lugar das Línguas: América do Sul e os Mercados na Nova Economia. *Synegies Brasil*. Número especial 1, 2010. p. 21-30

\_\_\_\_\_. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trab. linguist. apl.* 2013, vol.52, n.2, pp.409-433. ISSN 2175-764X. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-18132013000200010>> acesso em 09/04/2019.

\_\_\_\_\_. In MORELLO, Rosângela (org.). *Leis e Línguas no Brasil*. O processo da Cooficialização e suas potencialidades. Florianópolis: IPOL, 2015.

RIST, Gilbert. La Cultura y el Capital Social: complices o victmas del desarrollo? In: Kliksberg y Luciano Tomassini. *Capital social y cultura: claves para el desarrollo*. Fondo de Cultura Económica Bernardo– BID, Buenos Aires, 2002.

\_\_\_\_\_. *El desarrollo: historia de una creencia occidental*. Madri: Los Libros de la Catarata, 2002.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 2ªedição. São Paulo: E. Loyola, 1994.

ROSTOW, W.W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. *Estudos Avançados*. Vol. 9 n 25. São Paulo: Set/Dez, 1995.

\_\_\_\_\_. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 3 Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

\_\_\_\_\_. *A Terceira Margem: em busca do ecodesenvolvimento*. São Paulo: Compainha das Letras, 2009.

SCHUMPETER, Joseph. A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SINGER, Paul I. *Desenvolvimento e Crise*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

UFRR. Universidade Federal de Roraima. Site Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena/UFRR. *Programa de Valorização das Línguas Indígenas Macuxi e Wapichana em Roraima*, 2017. < <http://ufr.br/ultimas-noticias/3666-programa-de-valorizacao-das-linguas-e-culturas-macuxi-e-wapichana-encerra-atividades-com-festa>> Acesso em 05 de junho de 2018.

\_\_\_\_\_. Site Gestão Territorial Indígena. Programa de Valorização das Línguas Indígenas Macuxi e Wapichana (PVLCMW), 2018. Disponível em <[http://ufr.br/gti/index.php?option=com\\_content&view=article&id=65&Itemid=262](http://ufr.br/gti/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=262)> Acesso em 05 de novembro de 2018.

UNESCO. Recommendation Concerning The Promotion and Use of Multilingualism and Universal Access to Cyberspace. Paris. 2013. Disponível em <<https://en.unesco.org/recommendation-multilingualism>>. Acesso em 31 out 2018.

\_\_\_\_\_. *Atlas Mundial dos Idiomas em Perigo*. Disponível em <<http://www.unesco.org/languages-atlas/>> acesso em 11/04/2017.

VEIGA, J. E. 2005. *Desenvolvimento Sustentável: desafios do século XXI*. São Paulo: Garamound, 2005.

VIEIRA, Jaci. *Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima*. A disputa pela terra 1777 a 1980. 2 ed revisada e ampliada. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.